

Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte do Estado do Ceará

JUAZEIRO-CE

Auxiliar de Apoio Educacional

AB009-19



Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte do Estado do Ceará

Auxiliar de Apoio Educacional

Edital Nº 001/2019

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Matemática - Profº Bruno Chierigatti e João de Sá Brasil

Atualidades e Convivência Societária - Profº Heitor Ferreira

Conhecimentos Específicos - Profª Ana Maria B Quiqueto

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Elaine Cristina

Leandro Filho

Érica Duarte

DIAGRAMAÇÃO

Elaine Cristina

Danna Silva

Thais Regis

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: JN001-19



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.



SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação e compreensão de texto.....	01
Tipos e gêneros textuais.....	01
Fonética: Encontros consonantais e vocálicos, sílaba (divisão e classificação).....	04
Acentuação gráfica.....	04
Ortografia.....	04
Pontuação.....	59
Morfologia: Classes de palavras, processo de formação das palavras.....	27
Análise sintática dos períodos simples e composto.....	84
Concordância nominal e verbal.....	62
Regência verbal e nominal.....	68
Semântica: Sinonímia, antonímia e paronímia.....	84
Tipos de linguagem: Verbal, não-verbal, denotativa, conotativa, coloquial, formal.....	84
Funções da linguagem.....	84
Colocação pronominal.....	27
Linguagem e sentido.....	84
Ambiguidade.....	84
Figuras de linguagem.....	84
Coesão. Coerência.....	13
Referenciação.....	13

MATEMÁTICA

Números relativos inteiros e fracionários: operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação).....	01
Múltiplos e divisores: máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum. Frações ordinárias e decimais.....	01
Números decimais: propriedades e operações. Expressões numéricas.....	01
Equações do 1º e 2º grau. Problemas.....	39
Sistemas de medida de tempo. Sistema métrico decimal.....	151
Sistema monetário brasileiro.....	154
Problemas, números e grandezas proporcionais: razões e proporções.....	31
Divisão em partes proporcionais.....	31
Regra de três simples e composta.....	29
Porcentagem.....	158
Juros simples: juros, capital, tempo, taxa e montantes.....	109
Fundamentos da Teoria dos Conjuntos.....	01
Conjuntos Numéricos: Números Naturais e Inteiros (divisibilidade, números primos, fatoração, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum).....	01
Números Racionais e Irracionais (reta numérica, valor absoluto, representação decimal).....	01
Números Reais (relação de ordem e intervalos). Operações.....	01

SUMÁRIO

Funções: Estudo das Relações, definição da função, funções definidas por fórmulas: domínio, imagem e contradomínio, gráficos, função injetora, sobrejetora e bijetora, funções par e ímpar, funções crescentes e decrescentes, função inversa, função composta, função polinomial do 1º Grau, quadrática, modular, exponencial e logarítmica, resoluções de equações, inequações e sistemas.....	85
Sequência.....	35
Geometria Plana. Ângulos: definição, classificação, unidades e operações, feixes de paralelas cortadas por transversais, Teorema de Tales e aplicações.....	126
Polígonos: elementos e classificação, Diagonais, soma dos ângulos externos e internos, estudo dos quadriláteros e triângulos, congruências e semelhanças, relações métricas dos triângulos. Área: polígonos e suas partes.....	126
Álgebra: análise combinatória.....	102
Geometria Espacial: retas e planos no espaço (paralelismo e perpendicularismo), poliedros regulares, pirâmides, prismas, cilindro, cone e esfera (elementos e equações).....	126

ATUALIDADES E CONVIVÊNCIA SOCIETÁRIA

Evolução histórica, geográfica, econômica, política e cultural do município de Juazeiro do Norte. Acontecimentos e fatos relevantes e atuais do contexto internacional, nacional, estadual e do município de Juazeiro do Norte. nas seguintes áreas: política, economia, sociedade, educação e saúde. Meio ambiente: problemas, conservação e impactos ambientais globais e locais. Ética no serviço público. Comportamento, postura profissional e atitudes no serviço. Organização da prática profissional e prioridade em serviço. Relações Humanas no trabalho, na família e na comunidade.....

01

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Bases legais da Educação no Brasil e suas atualizações: Lei nº 9.394/1996;.....	01
Organização da educação no Brasil, princípios e fins;.....	20
O direito à educação e o dever de educar.....	30
Educação Básica.....	32
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Lei 8.069/1990 e suas atualizações.....	34
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	91
Políticas Públicas de Inclusão (Parâmetros Legais).....	93
Educação Especial e Educação Inclusiva no cenário brasileiro; Legislação e Diretrizes.....	99
A dimensão do cuidar e educar na educação.....	104
A afetividade na educação formal.....	105
Brincar e aprender, a ludicidade na escola, os jogos e desenvolvimento social (noções básicas).....	117
Noções de desenvolvimento motor, afetivo e cognitivo.....	123
Administração de conflitos na escola.....	130
Bullying escolar.....	131
Noções sobre o Plano nacional de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil.....	133
Noções de organização escolar, estrutura escolar, gestão, (currículo, avaliação, planejamento).....	134
O trabalho em equipe na escola em colaboração com a gestão escolar.....	151
O trabalho interdisciplinar e multidisciplinar na escola.....	154
Noções da Lei 12.594/12 – Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socio educativo (SINASE).....	157

ÍNDICE

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	01
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	03
Domínio da ortografia oficial.....	04
Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	13
Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	13
Emprego de tempos e modos verbais.....	15
Domínio da estrutura morfossintática do período.....	27
Emprego das classes de palavras.....	27
Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.....	27
Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	27
Emprego dos sinais de pontuação.....	59
Concordância verbal e nominal.....	62
Regência verbal e nominal.....	68
Emprego do sinal indicativo de crase.....	74
Colocação dos pronomes átonos.....	76
Reescrita de frases e parágrafos do texto.....	84
Significação das palavras.....	84
Substituição de palavras ou de trechos de texto.....	84
Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.....	84
Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	84
Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República).....	84
Aspectos gerais da redação oficial.....	84
Finalidade dos expedientes oficiais.....	84
Adequação da linguagem ao tipo de documento.....	84
Adequação do formato do texto ao gênero.....	84
Figuras de Língua.....	98

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS.

INTERPRETAÇÃO TEXTUAL

Texto – é um conjunto de ideias organizadas e relacionadas entre si, formando um todo significativo capaz de produzir interação comunicativa (capacidade de codificar e decodificar).

Contexto – um texto é constituído por diversas frases. Em cada uma delas, há uma informação que se liga com a anterior e/ou com a posterior, criando condições para a estruturação do conteúdo a ser transmitido. A essa interligação dá-se o nome de *contexto*. O relacionamento entre as frases é tão grande que, se uma frase for retirada de seu contexto original e analisada separadamente, poderá ter um significado diferente daquele inicial.

Intertexto - comumente, os textos apresentam referências diretas ou indiretas a outros autores através de citações. Esse tipo de recurso denomina-se *intertexto*.

Interpretação de texto - o objetivo da interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias (ou fundamentações), as argumentações (ou explicações), que levam ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Normalmente, em uma prova, o candidato deve:

- **Identificar** os elementos fundamentais de uma argumentação, de um processo, de uma época (neste caso, procuram-se os verbos e os advérbios, os quais definem o tempo).
- **Comparar** as relações de semelhança ou de diferenças entre as situações do texto.
- **Comentar/relacionar** o conteúdo apresentado com uma realidade.
- **Resumir** as ideias centrais e/ou secundárias.
- **Parafrasear** = reescrever o texto com outras palavras.

1. Condições básicas para interpretar

Fazem-se necessários: conhecimento histórico-literário (escolas e gêneros literários, estrutura do texto), leitura e prática; conhecimento gramatical, estilístico (qualidades do texto) e semântico; capacidade de observação e de síntese; capacidade de raciocínio.

2. Interpretar/Compreender

Interpretar significa:

Explicar, comentar, julgar, tirar conclusões, deduzir.

Através do texto, infere-se que...

É possível deduzir que...

O autor permite concluir que...

Qual é a intenção do autor ao afirmar que...

Compreender significa

Entendimento, atenção ao que realmente está escrito.

O texto diz que...

É sugerido pelo autor que...

De acordo com o texto, é correta ou errada a afirmação...

O narrador afirma...

3. Erros de interpretação

- **Extrapolação** ("viagem") = ocorre quando se sai do contexto, acrescentando ideias que não estão no texto, quer por conhecimento prévio do tema quer pela imaginação.
- **Redução** = é o oposto da extrapolação. Dá-se atenção apenas a um aspecto (esquecendo que um texto é um conjunto de ideias), o que pode ser insuficiente para o entendimento do tema desenvolvido.
- **Contradição** = às vezes o texto apresenta ideias contrárias às do candidato, fazendo-o tirar conclusões equivocadas e, conseqüentemente, errar a questão.

Observação:

Muitos pensam que existem a ótica do escritor e a ótica do leitor. Pode ser que existam, mas em uma prova de concurso, o que deve ser levado em consideração é o que o autor diz e nada mais.

Coesão - é o emprego de mecanismo de sintaxe que relaciona palavras, orações, frases e/ou parágrafos entre si. Em outras palavras, a coesão dá-se quando, através de um pronome relativo, uma conjunção (NEXOS), ou um pronome oblíquo átono, há uma relação correta entre o que se vai dizer e o que já foi dito.

São muitos os erros de coesão no dia a dia e, entre eles, está o mau uso do pronome relativo e do pronome oblíquo átono. Este depende da regência do verbo; aquele, do seu antecedente. Não se pode esquecer também de que os pronomes relativos têm, cada um, valor semântico, por isso a necessidade de adequação ao antecedente.

Os pronomes relativos são muito importantes na interpretação de texto, pois seu uso incorreto traz erros de coesão. Assim sendo, deve-se levar em consideração que existe um pronome relativo adequado a cada circunstância, a saber:

que (neutro) - relaciona-se com qualquer antecedente, mas depende das condições da frase.

qual (neutro) idem ao anterior.

quem (pessoa)

cujo (posse) - antes dele aparece o possuidor e depois o objeto possuído.

como (modo)

onde (lugar)

quando (tempo)

quanto (montante)

Exemplo:

Falou tudo QUANTO queria (correto)

Falou tudo QUE queria (errado - antes do QUE, deveria aparecer o demonstrativo O).

3. Dicas para melhorar a interpretação de textos

- Leia todo o texto, procurando ter uma visão geral do assunto. *Se ele for longo, não desista! Há muitos candidatos na disputa, portanto, quanto mais informação você absorver com a leitura, mais chances terá de resolver as questões.*
- Se encontrar palavras desconhecidas, não interrompa a leitura.
- Leia o texto, pelo menos, duas vezes – ou quantas forem necessárias.
- Procure fazer inferências, deduções (chegar a uma conclusão).
- **Volte ao texto quantas vezes precisar.**
- **Não permita que prevaleçam suas ideias sobre as do autor.**
- Fragmento o texto (parágrafos, partes) para melhor compreensão.
- **Verifique, com atenção e cuidado, o enunciado de cada questão.**
- O autor defende ideias e você deve percebê-las.
- Observe as relações interparágrafos. Um parágrafo geralmente mantém com outro uma relação de continuação, conclusão ou falsa oposição. Identifique muito bem essas relações.
- Sublinhe, em cada parágrafo, o tópico frasal, ou seja, a ideia mais importante.
- **Nos enunciados, grife palavras como “correto” ou “incorreto”, evitando, assim, uma confusão na hora da resposta – o que vale não somente para Interpretação de Texto, mas para todas as demais questões!**
- Se o foco do enunciado for o tema ou a ideia principal, leia com atenção a introdução e/ou a conclusão.
- Olhe com especial atenção os pronomes relativos, pronomes pessoais, pronomes demonstrativos, etc., chamados *vocábulos relatores*, porque remetem a outros vocábulos do texto.

SITES

<http://www.tudosobreconcursos.com/materiais/portugues/como-interpretar-textos>

<http://portuguesemfoco.com/pf/09-dicas-para-melhorar-a-interpretacao-de-textos-em-provas>

<http://www.portuguesnarede.com/2014/03/dicas-para-voce-interpretar-melhor-um.html>

<http://vestibular.uol.com.br/cursinho/questoes/questao-117-portugues.htm>



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. (PCJ-MT – Delegado Substituto – Superior – Cespe – 2017)

Texto CG1A1AAA

A valorização do direito à vida digna preserva as duas faces do homem: a do indivíduo e a do ser político; a do ser em si e a do ser com o outro. O homem é inteiro

em sua dimensão plural e faz-se único em sua condição social. Igual em sua humanidade, o homem desigual-se, singulariza-se em sua individualidade. O direito é o instrumento da fraternização racional e rigorosa.

O direito à vida é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam, se desdobram, se somam para que o sistema fique mais e mais próximo da ideia concretizável de justiça social.

Mais valeria que a vida atravessasse as páginas da Lei Maior a se traduzir em palavras que fossem apenas a revelação da justiça. Quando os descaminhos não conduzirem a isso, competirá ao homem transformar a lei na vida mais digna para que a convivência política seja mais fecunda e humana.

Cármen Lúcia Antunes Rocha. Comentário ao artigo 3.º. In: 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948-1998: conquistas e desafios. Brasília: OAB, Comissão Nacional de Direitos Humanos, 1998, p. 50-1 (com adaptações).

Compreende-se do texto CG1A1AAA que o ser humano tem direito

- a) de agir de forma autônoma, em nome da lei da sobrevivência das espécies.
- b) de ignorar o direito do outro se isso lhe for necessário para defender seus interesses.
- c) de demandar ao sistema judicial a concretização de seus direitos.
- d) à institucionalização do seu direito em detrimento dos direitos de outros.
- e) a uma vida plena e adequada, direito esse que está na essência de todos os direitos.

Resposta: Letra E. O ser humano tem direito a uma vida digna, adequada, para que consiga gozar de seus direitos – saúde, educação, segurança – e exercer seus deveres plenamente, como prescrevem todos os direitos: (...) O direito à vida é a substância em torno da qual todos os direitos se conjugam (...).

2. (PCJ-MT – Delegado Substituto – Superior – Cespe – 2017)

Texto CG1A1BBB

Segundo o parágrafo único do art. 1.º da Constituição da República Federativa do Brasil, “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” Em virtude desse comando, afirma-se que o poder dos juízes emana do povo e em seu nome é exercido. A forma de sua investidura é legitimada pela compatibilidade com as regras do Estado de direito e eles são, assim, autênticos agentes do poder popular, que o Estado polariza e exerce. Na Itália, isso é constantemente lembrado, porque toda sentença é dedicada (intestata) ao povo italiano, em nome do qual é pronunciada.

Cândido Rangel Dinamarco. A instrumentalidade do processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987, p. 195 (com adaptações).

Conforme as ideias do texto CG1A1BBB,

- a) o Poder Judiciário brasileiro desempenha seu papel com fundamento no princípio da soberania popular.
- b) os magistrados do Brasil deveriam ser escolhidos pelo voto popular, como ocorre com os representantes dos demais poderes.
- c) os magistrados italianos, ao contrário dos brasileiros, exercem o poder que lhes é conferido em nome de seus nacionais.
- d) há incompatibilidade entre o autogoverno da magistratura e o sistema democrático.
- e) os magistrados brasileiros exercem o poder constitucional que lhes é atribuído em nome do governo federal.

Resposta: Letra A. A questão deve ser respondida segundo o texto: (...) *"Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição."* Em virtude desse comando, afirma-se que o poder dos juizes emana do povo e em seu nome é exercido (...).

3. (PCJ-MT – DELEGADO SUBSTITUTO – SUPERIOR – CESPE – 2017 – ADAPTADA) No texto CG1A1BBB, o vocábulo 'emana' foi empregado com o sentido de

- a) trata.
- b) provém.
- c) manifesta.
- d) pertence.
- e) cabe.

Resposta: Letra B. Dentro do contexto, "emana" tem o sentido de "provém".

RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS.

TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL

A todo o momento nos deparamos com vários textos, sejam eles verbais ou não verbais. Em todos há a presença do discurso, isto é, a ideia intrínseca, a essência daquilo que está sendo transmitido entre os interlocutores. Estes interlocutores são as peças principais em um diálogo ou em um texto escrito.

É de fundamental importância sabermos classificar os textos com os quais travamos convivência no nosso dia a dia. Para isso, precisamos saber que existem tipos textuais e gêneros textuais.

Comumente relatamos sobre um acontecimento, um fato presenciado ou ocorrido conosco, expomos nossa opinião sobre determinado assunto, descrevemos algum lugar que visitamos, fazemos um retrato verbal sobre alguém que acabamos de conhecer ou ver. É exatamente nessas situações corriqueiras que classificamos os nossos textos naquela tradicional **tipologia**: Narração, Descrição e Dissertação.

1. As tipologias textuais se caracterizam pelos aspectos de ordem linguística

Os tipos textuais designam uma sequência definida pela natureza linguística de sua composição. São observados aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas. Os tipos textuais são o *narrativo*, *descritivo*, *argumentativo/dissertativo*, *injuntivo* e *expositivo*.

A) Textos narrativos – constituem-se de verbos de ação demarcados no tempo do universo narrado, como também de advérbios, como é o caso de *antes*, *agora*, *depois*, entre outros: *Ela entrava em seu carro quando ele apareceu. Depois de muita conversa, resolveram...*

B) Textos descritivos – como o próprio nome indica, descrevem características tanto físicas quanto psicológicas acerca de um determinado indivíduo ou objeto. Os tempos verbais aparecem demarcados no presente ou no pretérito imperfeito: *"Tinha os cabelos mais negros como a asa da graúna..."*

C) Textos expositivos – Têm por finalidade explicar um assunto ou uma determinada situação que se almeje desenvolvê-la, enfatizando acerca das razões de ela acontecer, como em: *O cadastramento irá se prorrogar até o dia 02 de dezembro, portanto, não se esqueça de fazê-lo, sob pena de perder o benefício.*

D) Textos injuntivos (instrucional) – Trata-se de uma modalidade na qual as ações são prescritas de forma sequencial, utilizando-se de verbos expressos no imperativo, infinitivo ou futuro do presente: *Misture todos os ingrediente e bata no liquidificador até criar uma massa homogênea.*

E) Textos argumentativos (dissertativo) – Demarcam-se pelo predomínio de operadores argumentativos, revelados por uma carga ideológica constituída de argumentos e contra-argumentos que justificam a posição assumida acerca de um determinado assunto: *A mulher do mundo contemporâneo luta cada vez mais para conquistar seu espaço no mercado de trabalho, o que significa que os gêneros estão em complementação, não em disputa.*

2. Gêneros Textuais

São os textos materializados que encontramos em nosso cotidiano; tais textos apresentam características sócio-comunicativas definidas por seu estilo, função, composição, conteúdo e canal. Como exemplos, temos: *receita culinária*, *e-mail*, *reportagem*, *monografia*, *poema*, *editorial*, *piada*, *debate*, *agenda*, *inquérito policial*, *fórum*, *blog*, etc.

A escolha de um determinado gênero discursivo depende, em grande parte, da situação de produção, ou seja, a finalidade do texto a ser produzido, quem são os locutores e os interlocutores, o meio disponível para veicular o texto, etc.

Os gêneros discursivos geralmente estão ligados a esferas de circulação. Assim, na *esfera jornalística*, por exemplo, são comuns gêneros como *notícias*, *reportagens*, *editoriais*, *entrevistas* e outros; na *esfera de divul-*

gação científica são comuns gêneros como *verbete de dicionário* ou *de enciclopédia*, *artigo* ou *ensaio científico*, *seminário*, *conferência*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Português linguagens: volume 1 / Wiliam Roberto Cereja, Thereza Cochar Magalhães. – 7.ª ed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

Português – Literatura, Produção de Textos & Gramática – volume único / Samira Yousseff Campedelli, Jésus Barbosa Souza. – 3.ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2002.

SITE

<http://www.brasilecola.com/redacao/tipologia-textual.htm>

Observação: Não foram encontradas questões abrangendo tal conteúdo.

DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL

ORTOGRAFIA

A ortografia é a parte da Fonologia que trata da correta grafia das palavras. É ela quem ordena qual som devem ter as letras do alfabeto. Os vocábulos de uma língua são grafados segundo acordos ortográficos.

A maneira mais simples, prática e objetiva de aprender ortografia é realizar muitos exercícios, ver as palavras, familiarizando-se com elas. O conhecimento das regras é necessário, mas não basta, pois há inúmeras exceções e, em alguns casos, há necessidade de conhecimento de etimologia (origem da palavra).

1. Regras ortográficas

A) O fonema S

São escritas com S e não C/Ç

- Palavras substantivadas derivadas de verbos com radicais em **nd, rg, rt, pel, corr e sent**: *pretender - pretensão / expandir - expansão / ascender - ascensão / inverter - inversão / aspergir - aspersão / submergir - submersão / divertir - diversão / impelir - impulsivo / compelir - compulsório / repelir - repulsa / recorrer - recurso / discorrer - discurso / sentir - sensível / consentir - consensual*.

São escritos com SS e não C e Ç

- Nomes derivados dos verbos cujos radicais terminem em **ged, ced, prim** ou com verbos terminados por **tir** ou **-meter**: *agredir - agressivo / imprimir - impressão / admitir - admissão / ceder - cessão / exceder - excesso / percutir - percussão / regredir - regressão / oprimir - opressão / comprometer - compromisso / submeter - submissão*.
- Quando o prefixo termina com vogal que se junta com a palavra iniciada por "s". Exemplos: *a + simétrico - assimétrico / re + surgir - ressurgir*.
- No pretérito imperfeito simples do subjuntivo. Exemplos: *ficasse, falasse*.

São escritos com C ou Ç e não S e SS

- Vocábulos de origem árabe: *cetim, açucena, açúcar*.
- Vocábulos de origem tupi, africana ou exótica: *cipó, Juçara, caçula, cachaça, cacique*.
- Sufixos **aça, aço, ação, çar, ecer, içã, nça, uça, uçu, uço**: *barcaça, ricaço, aguçar, empalidecer, carniça, caniço, esperança, carapuça, dentuço*.
- Nomes derivados do verbo **ter**: *abster - abstenção / deter - detenção / ater - atenção / reter - retenção*.
- Após ditongos: *foice, coice, traição*.
- Palavras derivadas de outras terminadas em **-te, to(r)**: *marte - marciano / infrator - infração / abortivo - absorção*.

B) O fonema z

São escritos com S e não Z

- Sufixos: *ês, esa, esia, e isa*, quando o radical é substantivo, ou em gentílicos e títulos nobiliárquicos: *freguês, freguesa, freguesia, poetisa, baronesa, princesa*.
- Sufixos gregos: **ase, ese, ise e ose**: *catequese, metamorfose*.
- Formas verbais **pôr** e **querer**: *pôs, pus, quisera, quis, quiseste*.
- Nomes derivados de verbos com radicais terminados em **"d"**: *aludir - alusão / decidir - decisão / empreender - empresa / difundir - difusão*.
- Diminutivos cujos radicais terminam com **"s"**: *Luis - Luisinho / Rosa - Rosinha / lápis - lapisinho*.
- Após ditongos: *coisa, pausa, pouso, causa*.
- Verbos derivados de nomes cujo radical termina com **"s"**: *análisis(e) + ar - analisar / pesquis(a) + ar - pesquisar*.

São escritos com Z e não S

- Sufixos **"ez"** e **"eza"** das palavras derivadas de adjetivo: *macio - maciez / rico - riqueza / belo - beleza*.

Sufixos **"izar"** (desde que o radical da palavra de origem não termine com s): *final - finalizar / concreto - concretizar*.

- Consoante de ligação se o radical não terminar com "s": *pé + inho - pezinho / café + al - cafezal*

Exceção: *lápiz + inho - lapisinho*.

C) O fonema j

São escritas com G e não J

- Palavras de **origem grega ou árabe**: *tigela, girafa, gesso*.
- Estrangeirismo, cuja letra G é originária: *sargento, gim*.
- Terminações: **agem, igem, ugem, ege, oge** (com poucas exceções): *imagem, vertigem, penugem, bege, fuge*.

Exceção: *pajem*.

- Terminações: *ágio, égio, ígio, ógio, ugio*: *sortilégio, litígio, relógio, refúgio*.
- Verbos terminados em **ger/gir**: *emergir, eleger, fugir, mugir*.

ÍNDICE

MATEMÁTICA

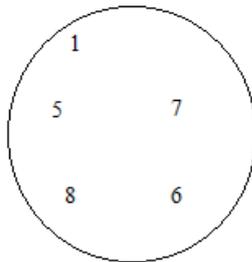
Conjuntos numéricos: conjunto dos números reais e seus subconjuntos, conjunto dos números complexos.....	01
Regra de três simples e composta.....	29
Razão e Proporção.....	31
Seqüência numérica	35
Equação e Inequação	39
Progressão aritmética e Progressão geométrica.....	46
Álgebra: expressões algébricas;.....	64
Polinômios;.....	66
Sistemas lineares; matrizes e determinantes;.....	74
funções reais e suas aplicações.....	85
Análise combinatória: Binômio de Newton.....	102
Tratamento da informação: experimentos aleatórios; espaço amostral, eventos, noções de probabilidade em espaços amostrais finitos.....	102
Noções de estatística descritiva, distribuição de freqüências; gráficos estatísticos usuais, medidas de posição e de dispersão	109
Noções de matemática financeira: juros simples e compostos, descontos simples; capitalização simples e composta.....	109
Área de figuras planas e Retas.....	126
Sistema métrico decimal.....	151
Sistema monetário brasileiro.....	154
Porcentagem.....	158

CONJUNTOS NUMÉRICOS: CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS E SEUS SUBCONJUNTOS, CONJUNTO DOS NÚMEROS COMPLEXOS.

TEORIA DOS CONJUNTOS

1. Representação

- Enumerando todos os elementos do conjunto: $S = \{1, 2, 3, 4, 5\}$
- Simbolicamente: $B = \{x \in \mathbb{N} \mid 2 < x < 8\}$, enumerando esses elementos temos:
 $B = \{3, 4, 5, 6, 7\}$
- por meio de diagrama:



Quando um conjunto não possuir elementos chamamos de conjunto vazio: $S = \emptyset$ ou $S = \{ \}$.

2. Igualdade

Dois conjuntos são iguais se, e somente se, possuem exatamente os mesmos elementos. Em símbolo:

$$A = B \text{ se, e somente se, } \forall x(x \in A \leftrightarrow x \in B).$$

Para saber se dois conjuntos A e B são iguais, precisamos saber apenas quais são os elementos.

Não importa ordem:

$$A = \{1, 2, 3\} \text{ e } B = \{2, 1, 3\}$$

Não importa se há repetição:

$$A = \{1, 2, 2, 3\} \text{ e } B = \{1, 2, 3\}$$

3. Relação de Pertinência

Relacionam um elemento com conjunto. E a indicação que o elemento pertence (\in) ou não pertence (\notin)

Exemplo: Dado o conjunto $A = \{-3, 0, 1, 5\}$

$$0 \in A$$

$$2 \notin A$$

4. Relações de Inclusão

Relacionam um conjunto com outro conjunto.

Simbologia: \subset (está contido), $\not\subset$ (não está contido), \supset (contém), $\not\supset$ (não contém)

A Relação de inclusão possui 3 propriedades:

Exemplo:

$$\{1, 3, 5\} \subset \{0, 1, 2, 3, 4, 5\}$$

$$\{0, 1, 2, 3, 4, 5\} \supset \{1, 3, 5\}$$

Aqui vale a famosa regrinha que o professor ensina, boca aberta para o maior conjunto

5. Subconjunto

O conjunto A é subconjunto de B se todo elemento de A é também elemento de B.

Exemplo: $\{2, 4\}$ é subconjunto de $\{x \in \mathbb{N} | x \text{ é par}\}$

6. Operações

6.1. União

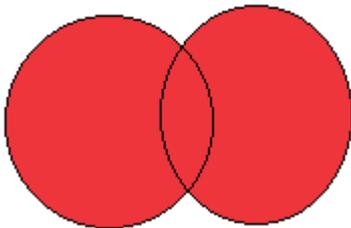
Dados dois conjuntos A e B, existe sempre um terceiro formado pelos elementos que pertencem pele menos um dos conjuntos a que chamamos conjunto união e representamos por: $A \cup B$.

Formalmente temos: $A \cup B = \{x | x \in A \text{ ou } x \in B\}$

Exemplo:

$$A = \{1, 2, 3, 4\} \text{ e } B = \{5, 6\}$$

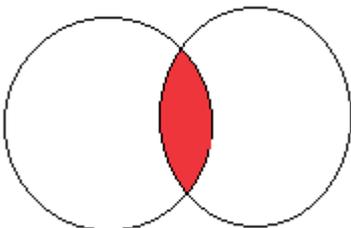
$$A \cup B = \{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$$



6.2. Interseção

A interseção dos conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que são ao mesmo tempo de A e de B, e é representada por: $A \cap B$.

Simbolicamente: $A \cap B = \{x | x \in A \text{ e } x \in B\}$



Exemplo:

$$A = \{a, b, c, d, e\} \text{ e } B = \{d, e, f, g\}$$

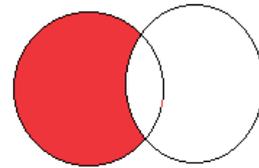
$$A \cap B = \{d, e\}$$

Diferença Uma outra operação entre conjuntos é a diferença, que a cada par A, B de conjuntos faz corresponder o conjunto definido por:

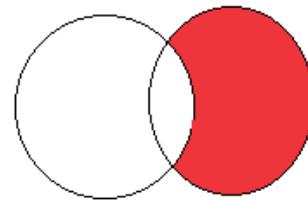
$A - B$ ou $A \setminus B$ que se diz a diferença entre A e B ou o complementar de B em relação a A.

A este conjunto pertencem os elementos de A que não pertencem a B.

$$A \setminus B = \{x : x \in A \text{ e } x \notin B\}$$



$$B - A = \{x : x \in B \text{ e } x \notin A\}$$



Exemplo:

$$A = \{0, 1, 2, 3, 4, 5\} \text{ e } B = \{5, 6, 7\}$$

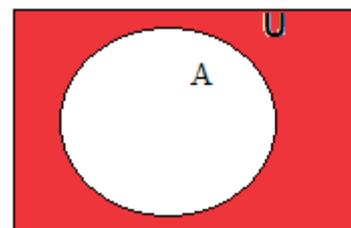
Então os elementos de $A - B$ serão os elementos do conjunto A menos os elementos que pertencerem ao conjunto B.

$$\text{Portanto } A - B = \{0, 1, 2, 3, 4\}$$

6.3. Complementar

O complementar do conjunto $A(\bar{A})$ é o conjunto formado pelos elementos do conjunto universo que não pertencem a A.

$$\bar{A} = \{x \in U | x \notin A\}$$



7. Fórmulas da união

$$n(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$$

$$n(A \cup B \cup C) = n(A) + n(B) + n(C) + n(A \cap B \cap C) - n(A \cap B) - n(A \cap C) - n(B \cap C)$$

Essas fórmulas muitas vezes nos ajudam, pois ao invés de fazer todo o diagrama, se colocarmos nessa fórmula, o resultado é mais rápido, o que na prova de concurso é interessante devido ao tempo.

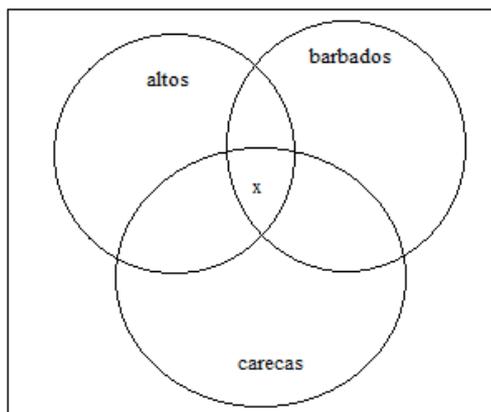
Mas, faremos exercícios dos dois modos para você entender melhor e perceber que, dependendo do exercício é melhor fazer de uma forma ou outra.

EXERCÍCIOS COMENTADOS

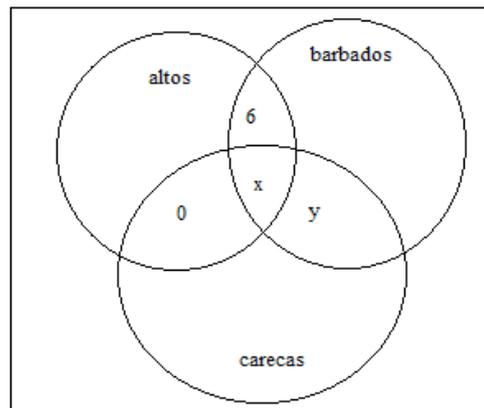
1. (MANAUSPREV – ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – FCC/2015) Em um grupo de 32 homens, 18 são altos, 22 são barbados e 16 são carecas. Homens altos e barbados que não são carecas são seis. Todos homens altos que são carecas, são também barbados. Sabe-se que existem 5 homens que são altos e não são barbados nem carecas. Sabe-se que existem 5 homens que são barbados e não são altos nem carecas. Sabe-se que existem 5 homens que são carecas e não são altos e nem barbados. Dentre todos esses homens, o número de barbados que não são altos, mas são carecas é igual a

- a) 4.
- b) 7.
- c) 13.
- d) 5.
- e) 8.

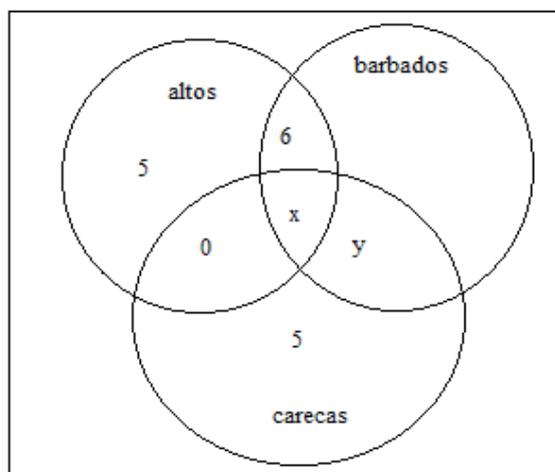
Resposta: Letra A. Primeiro, quando temos 3 diagramas, sempre começamos pela interseção dos 3, depois interseção a cada 2 e por fim, cada um



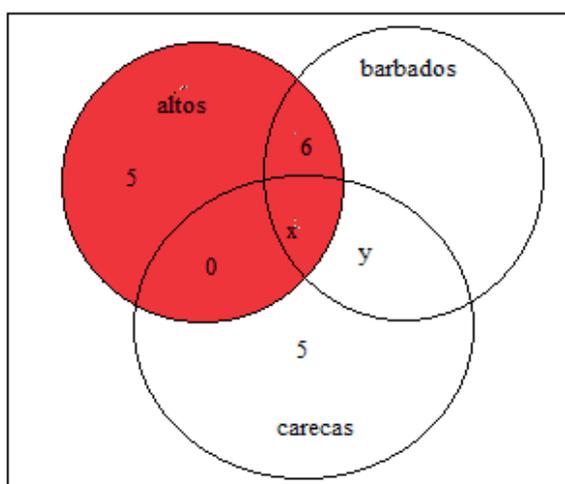
Se todo homem careca é barbado, não teremos apenas homens carecas e altos. Homens altos e barbados são 6



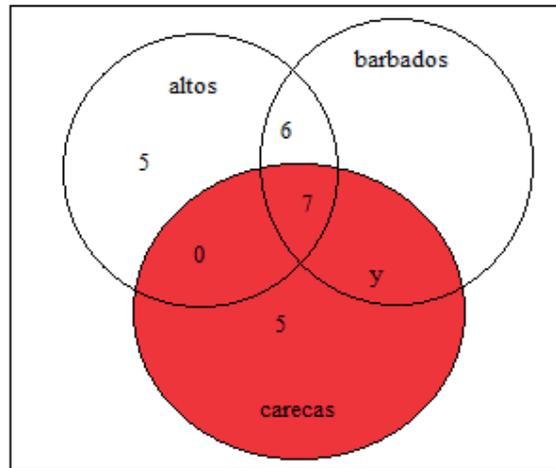
Sabe-se que existem 5 homens que são barbados e não são altos nem carecas. Sabe-se que existem 5 homens que são carecas e não são altos e nem barbados



Sabemos que 18 são altos



Quando somarmos $5+x+6=18$
 $X=18-11=7$
 Carecas são 16



$$7+y+5=16$$

$$Y=16-12$$

$$Y=4$$

Então o número de barbados que não são altos, mas são carecas são 4.

EXERCÍCIO COMENTADO

1. (INSS - ANALISTA DO SEGURO SOCIAL- CESPE/2016) Uma população de 1.000 pessoas acima de 60 anos de idade foi dividida nos seguintes dois grupos:

A: aqueles que já sofreram infarto (totalizando 400 pessoas); e

B: aqueles que nunca sofreram infarto (totalizando 600 pessoas).

Cada uma das 400 pessoas do grupo A é ou diabética ou fumante ou ambos (diabética e fumante).

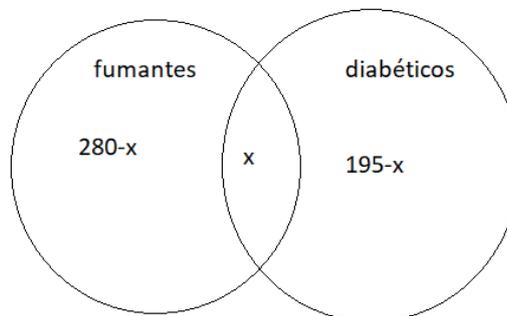
A população do grupo B é constituída por três conjuntos de indivíduos: fumantes, ex-fumantes e pessoas que nunca fumaram (não fumantes).

Com base nessas informações, julgue o item subsequente.

Se, das pessoas do grupo A, 280 são fumantes e 195 são diabéticas, então 120 pessoas desse grupo são diabéticas e não são fumantes.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Certo.



$$280-x+x+195-x=400$$

$$x=75$$

$$\text{Diabéticos: } 195-75=120$$

Referências

YOUSSEF, Antonio Nicolau (et al.). Matemática: ensino médio, volume único. – São Paulo: Scipione, 2005.
CARVALHO, S. Raciocínio Lógico Simplificado, volume 1, 2010

ÍNDICE

ATUALIDADES E CONVIVÊNCIA SOCIETÁRIA

Evolução histórica, geográfica, econômica, política e cultural do município de Juazeiro do Norte. Acontecimentos e fatos relevantes e atuais do contexto internacional, nacional, estadual e do município de Juazeiro do Norte. nas seguintes áreas: política, economia, sociedade, educação e saúde. Meio ambiente: problemas, conservação e impactos ambientais globais e locais. Ética no serviço público. Comportamento, postura profissional e atitudes no serviço. Organização da prática profissional e prioridade em serviço. Relações Humanas no trabalho, na família e na comunidade..... 01

EVOLUÇÃO HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, ECONÔMICA, POLÍTICA E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE. ACONTECIMENTOS E FATOS RELEVANTES E ATUAIS DO CONTEXTO INTERNACIONAL, NACIONAL, ESTADUAL E DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE. NAS SEGUINTE ÁREAS: POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E SAÚDE. MEIO AMBIENTE: PROBLEMAS, CONSERVAÇÃO E IMPACTOS AMBIENTAIS GLOBAIS E LOCAIS. ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO. COMPORTAMENTO, POSTURA PROFISSIONAL E ATITUDES NO SERVIÇO. ORGANIZAÇÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL E PRIORIDADE EM SERVIÇO. RELAÇÕES HUMANAS NO TRABALHO, NA FAMÍLIA E NA COMUNIDADE

No processo de formação histórica de Juazeiro do Norte, remonta um período em que ela ainda não nem ao emancipada. Inicialmente Juazeiro do Norte era um distrito da cidade vizinha de Crato, até que um o jovem padre, optou por se fixar como pároco no lugarejo. Na ocasião, o Padre Cícero Romão Batista começou a prestar seus serviços religiosos na localidade, criando naquele lugar, um fomento religioso.

O Padre Cícero foi um dos responsáveis, algum tempo depois, pela emancipação e independência da cidade. Por conta do chamado "*milagre de Juazeiro*", momento no qual, o Padre Cícero deu a hóstia sagrada à beata Maria de Araújo, a hóstia se transformou em sangue, e com isso, a figura do padre assumiu características místicas e passou a ser venerado pelo povo como um santo. Hoje a cidade é a segunda do estado e referência no Nordeste graças ao padre.

No período em que ainda era uma vila pertencente a Crato, o nome de Juazeiro era Tabuleiro Grande e não passava de um pequeno aglomerado de casas de taipa e algumas poucas casinhas de tijolos convergindo para uma capela dedicada à Nossa Senhora das Dores. Esse pequeno vilarejo, possuía um grande significado na região, afinal, inicialmente o território era apenas um entreposto, servindo de apoio para aqueles que estavam se deslocando até Crato.

Na noite de natal de 1871, o Padre Cícero foi convidado para ministrar uma missa do galo naquele lugarejo, inicialmente era apenas uma celebração, mas em 11 de abril de 1872, o padre retornaria a Tabuleiro Grande acompanhado de alguns familiares para se ficar na região. O motivo de sua transferência para o vilarejo segundo o padre, foi devido a um sonho, onde ele viu Jesus Cristo e os doze apóstolos sentados a uma mesa, em seguida uma multidão de peregrinos marcados pela fome e pela dor adentraram no local, então Jesus Cristo diz estar decepcionado com a humanidade, mas que está disposto a fazer um último sacrificio para salvar p mundo, então ele vira para o padre e ordena: "*e você, Padre Cícero, tome conta deles.*"

Com o lema "*cada casa uma oficina, cada oficina um oratório*", logo que chegou, o sacerdote tratou de mudar os costumes profanos do local e tornar comum a prática dos sacramentos. Inspirado por Padre Ibiapina, o Padre Cícero criou as Casas de Caridade, organizações tocadas por beatas e que visavam a levar educação, saúde e auxílio religioso ao povo. Essas Casas de Caridade, se espalharam pelo entorno de Juazeiro, sendo a mais famosa delas situada no Sítio Caldeirão sob o comando do beato José Lourenço. Inúmeras oficinas foram criadas, com destaque para as de produção de velas, imagens sacras e calçados. O jeito simples e carismático do padre contagiava a população que cada vez mais se entregava à religião e ao trabalho.

Desde o início do século XX que a vila de Tabuleiro Grande buscava desvincular-se do Crato. Como argumento principal o fato de que a vila se tornara maior e mais importante que a sede. De fato, Tabuleiro Grande apresentou um crescimento surpreendente, chegando a rivalizar até mesmo com a capital Fortaleza. Esse movimento em prol da emancipação ganhou força em 1909 com a chegada do Padre Alencar Peixoto e de José Marrocos, juntos fundaram o jornal *O Rebate* que se tornou o principal difusor do projeto. No mesmo ano, houve uma greve geral da população, causando prejuízos à economia do Crato.

Em 1910, foi organizada uma passeata pela emancipação, reunindo aproximadamente quinze mil pessoas. Em 22 de julho de 1911, a emancipação é concedida através da lei nº 1.028, o novo município passa a se chamar *Joazeiro*, fazendo uma referência à uma árvore típica da região. Com essa emancipação, o Padre Cícero eleito o primeiro prefeito do município.

Juazeiro do Norte, também foi palco de grandes militâncias políticas, dentre delas, destacamos a Sedição de Juazeiro, onde em 4 de outubro de 1911, Padre Cícero e outros dezesseis líderes políticos da região firmaram um acordo de cooperação entre si e apoio ao governador Antônio Pinto Nogueira Acciolo. Esse evento ficou conhecido como *pacto dos coronéis* e representa um marco na história do coronelismo brasileiro. No ano seguinte, o então presidente da República Hermes da Fonseca depôs o governador Nogueira Accioli e nomeou o coronel Marcos Franco Rabelo como interventor do Ceará. Houve eleição apenas para vice-governador onde Padre Cícero foi o escolhido. Depois de assumir o posto, Franco Rabelo rompe com o PRC – Partido Republicano Conservador e passa a perseguir Padre Cícero, chegando a destituí-lo da prefeitura de Juazeiro e a mandar um batalhão da Polícia estadual prender o padre. Então, o médico Floro Bartolomeu, que era o braço direito do padre, reuniu jagunços e romeiros para proteger o líder religioso. Em apenas uma semana, os romeiros cavaram um valado de nove quilômetros de extensão cercado toda a cidade e ergueram uma muralha de pedra na colina do Horto, a fortificação recebeu o nome de "Círculo da Mãe de Deus". O batalhão ao ver que seria impossível romper o círculo, recuou e pediu reforços.

Desta forma, um contingente muito maior foi enviado a Juazeiro, levando consigo um canhão para derrubar a muralha que protegia a cidade, porém, o canhão falhou e os romeiros armados apenas com algumas espingardas, facas, foices e muita fé venceram os invasores. O canhão foi tomado e está exposto até hoje no "Memorial Padre Cícero".

Floro Bartolomeu consegue então o apoio do Presidente Hermes da Fonseca e do Senador Pinheiro Machado, e parte para Fortaleza com o intuito de derrubar o governador. No caminho, os romeiros tomam o poder de Crato, Barbalha, Estação Afonso Pena (próxima a Iguatu), Messejana, Maracanaú e Maranguape, fechando todas as entradas da capital, enquanto uma esquadilha da Marinha de Guerra capitaneada pelo Cruzador Barroso impõe um bloqueio marítimo à cidade. Franco Rabelo é deposto e eleições são convocadas onde Benjamim Liberato Barroso é eleito governador e Padre Cícero mais uma vez eleito vice. Vitoriosos, os romeiros retornam a Juazeiro desarmados e desocupam as cidades tomadas durante a sedição.



#FicaDica

Esse movimento, foi muito similar ao levante de Canudos, inclusive pela presença do líder messiânico.

O município de Juazeiro do Norte, é um município brasileiro situado no estado do Ceará. Estando localizado na Região Metropolitana do Cariri na porção sul do estado, distante 491km da capital, Fortaleza. Sua altitude de 377 metros acima do nível do mar, ocupa uma área de 249km², e sua população é de 271.926 habitantes, segundo estimativas 2018 (IBGE), que o torna o terceiro mais populoso do Ceará, estando atrás apenas de Fortaleza e Caucaia, sendo a maior do interior cearense e a 100ª do Brasil. Juazeiro do Norte é um dos municípios de maior população do interior do Nordeste, e sua taxa de urbanização é extremamente grande.

Devido à figura de Padre Cícero, é considerado um dos três maiores centros de religiosidade popular do Brasil, juntamente com Aparecida do Norte, em São Paulo e Nova Trento, em Santa Catarina.



#FicaDica

A figura emblemática do Padre Cícero, fez de Juazeiro do Norte, uma referência em religiosidade, e isso, proporciona muitos benefícios para a cidade e seus entornos.

O município de Juazeiro do Norte é ainda, um grande polo cultural do Brasil, sendo um dos maiores centros de artesanato e cordel do nordeste do país. A cidade tem ainda um dos maiores polos acadêmico do interior Nordeste e é carinhosamente chamada de "A metrópole do Cariri".

No que tange a economia, de acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Juazeiro do Norte possui um PIB de R\$ 4,185,791 mil, segundo o senso de 2016. Com a crescente formalização da economia, a cidade deu um salto nos últimos dois anos, sendo a 4ª maior economia do Ceará, atrás apenas de Caucaia, Maracanaú e Fortaleza.

No que tange ao setor primário, o município de Juazeiro do Norte possui uma pequena extensão territorial, inexistindo a presença de grandes propriedades rurais. Sua taxa de urbanização é de mais de 95%, e cerca de 30% do seu território é de área urbana. Mas mesmo assim, suas terras são férteis e se aproveitam da irrigação dos rios Carás, perenizado a partir do Açude Thomás Osterne, em Crato, e do Rio Salgadinho. Deste último, pouco se aproveita, pois grandes parcelas das águas dos esgotos são drenadas para seu interior. Conta com vários minifúndios, destacando-se um grande número de chácaras com árvores frutíferas ao redor da cidade, estas têm uma exploração econômica secundária sendo o interesse predominante nestes imóveis o lazer e atividade residencial. A piscicultura é uma atividade encontrada no Açude Manuel Balbino.

Já com relação ao setor secundário, corresponde a 29,84% do PIB – Produto Interno bruto local. Existe uma política de atração de investimentos formando parcerias entre estado, município e empresários, vários benefícios são concedidos, como doação de terrenos, preferencialmente no Distrito Industrial - localizado próximo às divisas com os municípios de Crato e Barbalha, e no mini distrito Industrial - localizado no Bairro Campo Alegre, como também incentivos fiscais. Destacam-se as seguintes atividades produtivas:

- ✓ Têxtil: Dezenas de empresas desse ramo se instalaram na cidade nos últimos anos e já ocupam boa parte do mercado regional;
 - ✓ Folheados: Produz joias e semijoias de alta qualidade que são exportadas. Uma empresa local utiliza mão-de-obra carcerária em sua produção, os internos da PIRC – Penitenciária Industrial Regional do Cariri, fabricam as joias e para cada três dias de trabalho há uma redução de um dia da pena;
 - ✓ Artesanato: Existem muitos artesãos que comercializam seus produtos, inclusive para o exterior; destacando-se o Centro de Arte Mestre Noza. Encontra-se em fase de construção a Ceart Cariri, que irá permitir um maior incremento neste setor;
 - ✓ Bebidas: Existe uma única empresa de bebidas na cidade, o Grupo São Geraldo, porém seus refrigerantes e sua água mineral são bastante apreciados na região;
 - ✓ Máquinas de costura: Juazeiro possui uma fábrica da empresa Singer desde 1997;
 - ✓ Construção civil: Impulsionado pelo desenvolvimento como polo universitário, a especulação imobiliária exerceu forte pressão neste segmento, promovendo lançamentos de condomínios horizontais e verticais;
 - ✓ Metalurgia: Algumas indústrias metalúrgicas se encontram instaladas na cidade, com produção predominantemente voltada para abastecer a construção civil.
- E, por fim, o setor terciário correspondendo por 80% do PIB municipal (dados do IPECE), sendo o principal setor da economia juazeirense. Sendo assim, os principais pontos comerciais são o centro da cidade, Cariri Shopping, Juazeiro Open Mall, bairro Pirajá e bairro Pio XII. Encontra-se em construção o Juazeiro Shopping Center que permitirá um maior desenvolvimento comercial na Região Leste da cidade, mais precisamente nas confluências dos Bairros Novo Juazeiro, Tiradentes e Limoeiro.

Destaca-se tanto no varejo quanto no atacado, atraindo compradores de municípios e estados vizinhos, devido à sua condição de centro regional.

Muitos grupos grandes de varejistas nacionais e internacionais já se instalaram ou fazem estudos prospectivos para a instalação de unidades em vários formatos na cidade. O Atacadão pertencente ao grupo Carrefour foi um dos pioneiros, seguidos pelo Walmart que inaugurou duas lojas, uma em formato de hipermercado com a bandeira Bompreço e outra no formato de atacarejo com a bandeira Maxxi. O grupo Pão de Açúcar esquentou a concorrência com a sua unidade; O Assaí, localizado próximo aos concorrentes e Casas Bahia e ainda prospectiva a abertura de lojas com a bandeira Pão de Açúcar.

Com este desenvolvimento é acompanhado pela rede bancária local, que conta com agência dos principais bancos no Centro em outros bairros, com destaque para o corredor bancário em formação na Avenida Ailton Gomes no Bairro Pirajá, que conta com o Banco do Brasil e Caixa Econômica. Os bancos Itaú e Banco do Brasil (no Cariri Shopping) possuem agências na Avenida Padre Cícero, em breve a avenida Leão Sampaio contará com a Agência Assunção Gonçalves do Banco do Nordeste.

Naturalmente o ramo que se destaca é o do turismo religioso, porém há um plano integrado de turismo entre várias cidades da região do Cariri, destacando-se também os fósseis, as belezas naturais da Chapada do Araripe, a cultura e a História do Cariri. Juazeiro por ser a maior cidade da região e ter a melhor infraestrutura é a preferida dos turistas como base. Um dado que comprova o crescimento do turismo na região é o fato de que o Aeroporto Regional do Cariri situado em Juazeiro obteve o maior crescimento percentual do Brasil em 2006.



EXERCÍCIO COMENTADO

1. Entre as manifestações místicas presentes no Nordeste brasileiro no final do Império e nas primeiras décadas da República, identificam-se

- as pregações do Padre Ibiapina, relacionadas à defesa do protestantismo calvinista, e a literatura de cordel, que cantava os mitos e as lendas da região.
- o cangaço, que realizava saques a armazéns para roubar alimentos e distribuí-los aos famintos, e o coronelismo, com suas práticas assistencialistas.
- a liderança do Padre Cícero, vinculada à dinâmica política tradicional da região, e o movimento de Canudos, com características de contestação social.
- a peregrinação de multidões a Juazeiro do Norte, para pedir graças aos padres milagreiros, e a liderança messiânica do fazendeiro pernambucano Delmiro Gouveia.
- a ação catequizadora de padres e bispos ligados à Igreja católica e a atuação do líder José Maria, que comandou a resistência na região do Contestado.

Resposta: Letra C

As condições de vida adversas do Sertão Nordestino serviram de terreno para o surgimento de figuras sal-

vadoras que inauguraram movimentos significativos para a história e a cultura nordestina. Padre Cícero e Antônio Conselheiro são exemplos disso.

Acontecimentos e fatos relevantes e atuais do contexto internacional, nacional, estadual e do município de Juazeiro do Norte

A formação da República Nova começa no Ceará com a eleição de Maria Luiza para o cargo de prefeita de Fortaleza em 1986. Ela foi a primeira prefeita de capital estadual eleita pelo PT – Partido dos Trabalhadores e o primeiro político do sexo feminino a ser eleito para esse cargo após o regime militar. Desta forma, a insatisfação com a política praticada durante a ditadura militar e o movimento de redemocratização impulsionam as transformações no poder político, com a decadência da hegemonia tradicional do coronelismo.

Mesmo Gonzaga Mota deixando o governo com pagamentos atrasados ao funcionalismo e descontrole nas contas públicas, o seu candidato, o empresário Tasso Jereissati, consegue se eleger com a promessa de modernizar a administração pública, afastando-se do clientelismo dos governos anteriores; promover a austeridade fiscal; e desenvolver a economia estadual. A nova gestão passa a se autodenominar “Governo das Mudanças”. Nas duas décadas seguintes, Jereissati e seus aliados passam a deter a hegemonia política no Estado, e rapidamente perdem a aliança com partidos mais à esquerda, como o PT e PC do B – Partido Comunista do Brasil.

Nesse cenário, o então prefeito de Fortaleza, Ciro Gomes, se candidata em 1990 ao cargo de governador com o apoio de Tasso e é eleito. Com a abertura do mercado brasileiro, o Ceará recebe os primeiros carros importados da marca russa Lada. Os “Governos das Mudanças” priorizam o aumento dos investimentos públicos e privados em infraestrutura e nos setores industrial e de serviços, enquanto o agropecuário permanece à margem. Politicamente, há uma relativa diminuição de poder dos “coronéis”, com ampliação do poder do grande empresariado. O saneamento das contas estaduais - atingido, em parte, pela diminuição das despesas com o funcionalismo público através de demissões e achatamentos salariais - garantem superávits entre 1988 e 1994, mas com a consolidação do Plano Real volta-se a uma predominância de déficits.

Com isso, o Estado se beneficia também da guerra fiscal que então se iniciava, o que, somado à mão de obra barata, atrai várias indústrias, as quais se concentram em algumas poucas cidades. O crescimento médio do PIB, de 4,6%, é superior à média nacional e nordestina nos anos 1990, continuando a tendência iniciada na década de 1970. As ações do governo, aliado aos esforços do empresariado local, e os incentivos de instituições de grande importância na história econômica recente do Ceará, como o BNB – Bando do Nordeste e a Sudene, foram determinantes para tal desempenho.

Seguindo esse fluxo de desenvolvimento, o forró eletrônico se popularizou na década de 1990, e o Ceará começa a despontar, seguindo a tendência do litoral nordestino, como um grande polo de turismo no Brasil. Ao

longo dos anos 1990, com ações como o PSF – Programa de Saúde da Família, o Estado também realiza grandes avanços na redução da mortalidade infantil. A migração em direção a Fortaleza segue forte, tendo em vista o persistente atraso do interior em comparação com o forte crescimento da capital. A segurança pública torna-se muito mais problemática entre 1990 e 2003, com a taxa de homicídios subindo de 8,86 para 20,15 por 100 mil habitantes, um aumento de 127%, os problemas iniciados na década de 90, se mantem até os dias de hoje.

Tasso é eleito novamente em 1994 e reeleito em 1998, concentrando os esforços governamentais na construção e reforma de grandes obras, como a construção do Porto do Pecem, o novo Aeroporto Internacional de Fortaleza, o Açude Castanhão e o início das obras do Metrofor. O terceiro “Governo das Mudanças” (1994-1997) se caracteriza pelas privatizações de empresas estatais e extinção de outros órgãos, e pelo seguimento de políticas de inspiração neoliberal, com engugamento da máquina administrativa, racionalização dos investimentos, aumento de taxas de contribuição da aposentadoria, etc.

Porém, apesar de vários avanços na saúde e educação básicas e do crescimento econômico estável, a chamada *Era Tasso* não alterou a estrutura socioeconômica problemática do Ceará, em especial a ausência de distribuição de renda, o que foi duramente questionado; a má distribuição fundiária; a enorme disparidade regional (sobretudo entre a capital e o interior); a parca infraestrutura fora da Região Metropolitana; e os altíssimos níveis de pobreza - em 1999, segundo o Banco Mundial, cerca de metade dos cearenses viviam abaixo da linha de pobreza. No início do século XXI, consolida-se a tendência de queda na tradicional emigração de cearenses, que, no período 2001-2006, reverte-se para um saldo positivo de 38,3 mil pessoas, o que se atribui à melhoria das condições de vida e à maior estabilidade proporcionada por programas sociais, que permitiram a fixação do pobre cearense em sua terra e o retorno de parte dos emigrantes.

Lúcio Alcântara, foi eleito com o apoio de Tasso continua, em linhas gerais, o modelo político dos governos anteriores, mas não recebe apoio do próprio partido e não consegue se reeleger em 2006, rompendo com o PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira e mudando para o PR – Partido da República após deixar o cargo. Cid Gomes, do PSB – Partido Socialista Brasileiro e ex-prefeito de Sobral, alcança o cargo de Governador, pondo fim à longa hegemonia do PSDB no Estado e sinalizando um movimento rumo à oposição na política estadual, já demonstrado com a vitória de Luizianne Lins do PT, na capital, que se elegera em 2004 mesmo sem apoio real do partido, que, devido às alianças partidárias nacionais, apoiara o candidato Inácio Arruda. No ano de 2008, Luizianne Lins é reeleita.

Seguindo essa perspectiva, Cid Gomes consegue ser reeleito no Estado, porém, agora ele pertencia ao PROS – Partido Republicano da Ordem Nacional. Posteriormente, Camilo Santana, representante do PT, foi eleito e reeleito no estado, estando com seu mandato em vigência na atualidade.

Dentro das atualidades do Estado do Ceará e de Juazeiro do Norte, podemos destacar os seguintes tópicos:

✓ Ceará é o 5º estado com maior número de mortes violentas de LGBTs no Brasil atualmente: Considerado campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais, o Brasil ainda amarga o fato de ser um país inseguro para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. A cada 20 horas um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia. Conforme levantamento divulgado ontem pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), o Ceará ocupa o 5º lugar na lista de mortes por estados, se levados em consideração os números absolutos. Em 2018, 23 pessoas foram mortas vítimas de LGBTfobia no Ceará. Em todo o País, este número é de 420 pessoas. De acordo com o relatório, 320 dessas mortes violentas foram homicídios, o que representa 76% do número total. Foram registrados 100 suicídios (24%). Há, conforme o estudo, uma redução de 6% em relação a 2017, quando foram apontadas 445 mortes, número recorde nos 39 anos desde que o GGB iniciou esse banco de dados. Em números absolutos, o Ceará fica atrás de São Paulo (58), Minas Gerais (36), Bahia (35) e Rio de Janeiro (32).

✓ Sine Municipal oferta 982 vagas de trabalho em Fortaleza: As unidades de atendimento do Sine Municipal, equipamentos da Prefeitura de Fortaleza, geridos pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE) em parceria com o Ministério do Trabalho, estão disponibilizando 982 vagas de trabalho em Fortaleza, incluindo Pessoas com Deficiência (PcD). Estão abertas 226 vagas para teleoperador/telemarketing, 200 vagas para entrevistador de campo/pesquisador, 50 vagas para marceneiro, 50 vagas para pintor de obras, 50 vagas para soldador, 50 vagas para montador de estruturas metálicas, 35 para ajudante de obras, 34 para pedreiro, 30 para gesso, 30 para encanador, além de vagas para açougueiro (20), consultor de vendas (15), auxiliar de linha de produção (11), entre outras ocupações. Os interessados devem comparecer em uma das unidades do Sine Municipal, localizadas nas sedes das Secretarias Regionais I, III, V e VI, com RG, CPF, carteira de trabalho, comprovante de endereço, de escolaridade e de cursos realizados. Os currículos recebidos farão parte de um banco de dados para futuras vagas.

✓ Índices de ataques no Ceará começam a cair, diz Ministério da Justiça e Segurança: depois das grandes ondas de ataque no Ceará, começou a ocorrer uma diminuição dos ataques. O planejamento das operações é feito pela Polícia Militar do Estado do Ceará, juntamente com a Força Nacional. São 330 homens e 20 viaturas que atuam no patrulhamento ostensivo, preventivo e repressivo em pontos importantes como terminais rodoviários e vias de grande circulação. A Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal intensificaram suas atividades no estado e o departamento Penitenciário Nacional (Depen) auxilia na identificação de infrações nas prisões.

✓ Cordel sobre a Lei Maria da Penha é usado para ensinar alunos do Ceará: escolas do Ceará estão usando a tradicional arte nordestina do cordel para ensinar sobre cidadania e direitos das mulheres. O projeto é uma parceria do Instituto Maria da Penha e Secretaria de Educação do Ceará, e já atinge mais de 30 escolas do Estado. A obra usada é o cordel *A Lei Maria da Penha*, do cordelista cearense Tião Simpatia. O professor Paulo Lumatti, do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP, comenta

ÍNDICE

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – AUXILIAR DE APOIO EDUCACIONAL

Bases legais da Educação no Brasil e suas atualizações: Lei nº 9.394/1996;.....	01
Organização da educação no Brasil, princípios e fins;.....	20
O direito à educação e o dever de educar.....	30
Educação Básica.....	32
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Lei 8.069/1990 e suas atualizações.....	34
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	91
Políticas Públicas de Inclusão (Parâmetros Legais).....	93
Educação Especial e Educação Inclusiva no cenário brasileiro; Legislação e Diretrizes.....	99
A dimensão do cuidar e educar na educação.....	104
A afetividade na educação formal.....	105
Brincar e aprender, a ludicidade na escola, os jogos e desenvolvimento social (noções básicas).....	117
Noções de desenvolvimento motor, afetivo e cognitivo.....	123
Administração de conflitos na escola.....	130
Bullying escolar.....	131
Noções sobre o Plano nacional de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil.....	133
Noções de organização escolar, estrutura escolar, gestão, (currículo, avaliação, planejamento).....	134
O trabalho em equipe na escola em colaboração com a gestão escolar.....	151
O trabalho interdisciplinar e multidisciplinar na escola.....	154
Noções da Lei 12.594/12 – Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socio educativo (SINASE).....	157

BASES LEGAIS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E SUAS ATUALIZAÇÕES: LEI Nº 9.394/1996;

A lei estudada neste tópico “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”. Data de 20 de dezembro de 1996, tendo sido promulgada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, mas já passou por inúmeras alterações desde então. Partamos para o comentário em bloco de seus dispositivos:

TÍTULO I DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

O primeiro artigo da LDB estabelece que a educação é um processo que não se dá exclusivamente nas escolas. Trata-se da clássica distinção entre educação formal e não formal ou informal: “A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas”. A LDB disciplina apenas a educação escolar, ou seja, a educação formal, que não exclui o papel das famílias e das comunidades na educação informal.



#FicaDica

Educação formal – escolar
Educação informal – comunitária, familiar, religiosa.

TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extraescolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;

XII - consideração com a diversidade étnico-racial;

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

A educação escolar deve permitir a formação do cidadão e do trabalhador: uma pessoa que consiga se inserir no mercado de trabalho e ter noções adequadas de cidadania e solidariedade no convívio social. Entre os princípios, trabalha-se com o direito de acesso à educação de qualidade (gratuita nos estabelecimentos públicos), a liberdade nas atividades de ensino em geral (tanto para o educador quanto para o educado), a valorização do professor, o incentivo à educação informal e o respeito às diversidades de ideias, gêneros, raça e cor.



#FicaDica

A educação é dever da família e do Estado.

TÍTULO III DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

a) pré-escola;

b) ensino fundamental;

c) ensino médio;

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

X - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa.

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo.

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá:

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica;

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Art. 7º-A Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do caput do art. 5º da Constituição Federal:

I - prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa;

II - trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino.

§ 1º A prestação alternativa deverá observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno.

§ 2º O cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência.

§ 3º As instituições de ensino implementarão progressivamente, no prazo de 2 (dois) anos, as providências e adaptações necessárias à adequação de seu funcionamento às medidas previstas neste artigo.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica ao ensino militar a que se refere o art. 83 desta Lei.

Conforme se percebe pelo artigo 4º, divide-se em etapas a formação escolar, nos seguintes termos:

- A educação básica é obrigatória e gratuita. Envolve a pré-escola, o ensino fundamental e o ensino médio. A educação infantil deve ser garantida próxima à residência. Com efeito, existe a garantia do direito à creche gratuita. No mais, pessoas fora da idade escolar que queiram completar seus estudos têm direito ao ensino fundamental e médio.

- A educação superior envolve os níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, devendo ser acessível conforme a capacidade de cada um.

- Neste contexto, devem ser assegurados programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

O artigo 5º reitera a gratuidade e obrigatoriedade do ensino básico e assegura a possibilidade de se buscar judicialmente a garantia deste direito em caso de negativa pelo poder público. Será possível fazê-lo por meio de mandado de segurança ou ação civil pública.

Além da judicialização para fazer valer o direito na esfera cível, cabe em caso de negligência o acionamento na esfera penal, buscando-se a punição por crime de responsabilidade.

Adiante, coloca-se o dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula da criança.

Por fim, o artigo 7º estabelece a possibilidade do ensino particular, desde que sejam respeitadas as normas da educação nacional, autorizado o funcionamento pelo poder público e que tenha possibilidade de se manter independentemente de auxílio estatal, embora exista previsão de tais auxílios em circunstâncias determinadas descritas no artigo 213, CF.

Já o artigo 7º-A, passando a valer em 03 de março de 2019, disciplina o direito do aluno de, por motivo religioso, faltar à aula ou à prova, devendo ser aplicada atividade ou aula substitutiva para eventual reposição.



#FicaDica

A LDB amplia o conteúdo da própria CF, ao garantir não apenas o ensino fundamental, mas todo o ensino básico (pré-escola, fundamental e médio) como obrigatório e gratuito, também prevendo de forma expressa a gratuidade do ensino infantil (creches).

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

IV-A - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação;

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei;

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual.

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;
III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

VIII - notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentam quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei;

IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas;

X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Art. 16. O sistema federal de ensino compreende:

I - as instituições de ensino mantidas pela União;

II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - os órgãos federais de educação.

Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;

II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;

III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;

IV - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

Parágrafo único. No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino.

Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem:

I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;

II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - os órgãos municipais de educação.

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:

I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são constituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

II - comunitárias, assim entendidas as que são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;